

O Casarão “Quinzinho de Barros” e o espaço museológico como principal artefato de seu acervo

Tami Coelho Ocar

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

 <https://orcid.org/0000-0001-7507-6972>

E-mail: tami.c.ocar@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar questões que cercam o patrimônio musealizado, tendo como exemplo central o Museu Histórico Sorocabano. A pesquisa qualitativa foi feita com base em visita técnica e análise de dados sobre a História local, patrimônio e museologia em bibliografias especializadas das respectivas áreas. De modo que são problematizados, principalmente, o caráter identitário de sua criação, a ocupação desses espaços (que em sua maioria foi/é feita por pessoas mais abastadas), o papel pedagógico da instituição e a questão do espaço físico em que ele atualmente está inserido (Parque Zoológico “Quinzinho de Barros”, localizado em pleno coração de Sorocaba). Com isso, pretende-se demonstrar como o espaço museológico histórico pode ser considerado o principal artefato de um acervo, a partir da contextualização histórica local e de um viés que destaca a importância do patrimônio imóvel – no caso, paulista – como cultura material remanescente de uma sociedade.

Palavras-chave: Sorocaba; Museu; Patrimônio Material; Arquitetura; Espaço Museológico.

The “Quinzinho de Barros” Manor and the museological space as the main artefact of its collection

Abstract: This article aims to analyze questions concerning the musealized heritage having the Historical Museum of Sorocaba as a central example. The qualitative research was done based on technical visit, analysis of data about local history, heritage and museology in specialized bibliography of these respective areas. So that are mainly problematized: the identity character of the creation of the Historical Museum of Sorocaba, the people occupation of this space (most of which was/is by wealthy people), the education role of this institution and the question of the physical space in which the Museum is currently inserted (the Zoological Park “Quinzinho de Barros”, located in the middle of Sorocaba). Thereby, it is intended to demonstrate how the historical museological space can be considered the main artifact of a collection based on the local historical contexts and a bias that highlights the importance of the immovable heritage - of São Paulo, in this case - as remaining material culture of a society.

Keywords: Sorocaba; Museum; Material Heritage; Architecture; Museological Space.

Texto recebido em: 08/11/2019

Texto aprovado em: 19/05/2020

Introdução

O Museu Histórico Sorocabano é propriedade cultural de seu povo desde sua fundação. Após diversas mudanças, estabeleceu-se em 1968 no antigo casarão de Quinzinho de Barros (localizado dentro de um Parque Zoológico homônimo), onde permanece até os dias atuais. A mudança de local, no entanto, foi providencial: o casarão não se trata apenas de uma “velha esfinge sem memória”, mas carrega parte da história de Sorocaba – e da formação paulista, de uma maneira geral – arraigada em sua própria arquitetura. A arquitetura de um museu não deve ser relegada apenas à existência de sua estrutura física, mas deve fazer parte da museografia, das atividades ali realizadas e principalmente de seu próprio acervo. De forma que o seu contexto, seu método construtivo e sua história corroborem com a exposição e o espaço museológico, de modo geral. E o Museu “Quinzinho de Barros” é apenas um dos muitos exemplos possíveis.

Assim, o presente texto discute questões históricas e museológicas que cercam o dito Museu, a partir de um viés que analisa a arquitetura como um dos principais aspectos que o envolve. De modo a defender que a arquitetura de um Museu deve fazer parte da museografia, das atividades ali realizadas, de seu próprio acervo e, portanto, da História.

O texto está dividido em quatro partes principais, a saber: na primeira são apresentados os objetivos e metodologias utilizados na realização da pesquisa; na segunda é mostrado um pouco da História de Sorocaba, sobretudo acerca de sua formação; a terceira parte dedica-se à discussão sobre questões do patrimônio edificado que envolvem o espaço no qual o Museu atualmente encontra-se instalado; por fim, a quarta parte demonstra a importância arquitetônica e histórica do Museu “Quinzinho de Barros” como espaço de memória constituído e suas problematizações.

Objetivos e metodologia de pesquisa

De maneira geral, o objetivo da presente pesquisa foi analisar a importância da questão patrimonial dentro do espaço museológico. Apesar de parecerem sinônimos, muitas vezes os visitantes não se dão conta que, na verdade, a arquitetura de uma instituição faz parte de um determinado espaço museológico *em*

determinado momento. Ou seja, o espaço museológico pode ser alterado para outra localidade com o tempo, mas a construção não. De forma que a arquitetura deve também ter seu espaço garantido na museografia e ações pedagógicas - sobretudo em se tratando de museus históricos - para que as pessoas compreendam sobre o porquê a escolha de tal lugar para abrigar um museu e por que preservá-lo. O trabalho é, em parte, resultado de uma pesquisa feita para a apresentação de uma oficina acerca do patrimônio arquitetônico e histórico, com enfoque no Museu Histórico Sorocabano, realizada em 27 de outubro de 2018. A escolha desse museu, popularmente conhecido como “Quinzinho de Barros” se deu por sua importância patrimonial, já aventada por Luís Saia (SAIA, 1995) em meados do século XX, cuja arquitetura é tida pelo autor como tipicamente paulista, exemplificando bem a questão da importância predial para o acervo histórico museológico. Não obstante, o texto também analisa questões pedagógicas existentes, bem como problematiza algumas das exposições vigentes em outubro de 2018.

A pesquisa, realizada de maneira qualitativa, foi feita entre setembro de 2018 e junho de 2019. Para a coleta de dados foram realizadas duas visitas técnicas ao Museu (sendo a primeira em 19 de outubro de 2018 e a segunda em 27 de outubro de 2018, durante a oficina supracitada). No caso da oficina, o enfoque dado foi quase que exclusivamente sobre questões patrimoniais. Assim, em 2018 a pesquisa girou em torno do patrimônio imóvel e da história local – tanto da cidade de Sorocaba quanto do Museu. Para isso, foram consultadas bibliografias e fontes especializadas. Já com a ideia do artigo em mente, ao longo do primeiro semestre de 2019, foram feitos os demais estudos bibliográficos acerca das questões museológicas e museográficas. Assim, o principal instrumento para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica, complementada por dados recolhidos em campo.

Um breve olhar sobre Sorocaba

Como foi dito, o presente trabalho tem por objetivo principal trabalhar com a questão museológica em torno de Museus que estejam localizados em prédios históricos, demonstrando a importância que a arquitetura do edifício tem nos aspectos sobretudo museográficos e pedagógicos. Para isso, foi escolhido como exemplo central o Museu Histórico Sorocabano, popularmente conhecido como “Quinzinho de Barros”. De forma que é preciso, de antemão, localizar o leitor na

História de Sorocaba. Afinal, a construção em questão é um dos principais remanescentes históricos materiais da cidade – e do estado de São Paulo. E a História da formação urbana de Sorocaba começa com a chegada dos bandeirantes, um fundador, uma capela curada, e muita gente de fora com diferentes histórias para agregar. No entanto, há uma diferença crucial que fez com que Sorocaba influenciasse regionalmente e nacionalmente. A cidade mantém o seu sucesso em sua localização, e isso, retratam os estudiosos, desde o período pré-colonial. Diz-se que havia caminhos que os índios utilizavam como rotas de comércio, e a estes caminhos dava-se o nome de “Peabiru” (“Pe” – “caminho”; “abiru” – “gramado amassado”). A principal rota desses Peabirus ligaria São Vicente ao Peru, unindo os oceanos Atlântico e Pacífico (CELLI, 2006, p. 85). Apesar das lendas que correm sobre esse caminho, não se pode ignorar a importância do mesmo para a evolução nacional¹, e Sorocaba estaria exatamente no centro desta rota. Tanto as características de seu meio físico, quanto o fato de ser o principal entroncamento do Peabiru, teria influenciado o surgimento de assentamentos – de indígenas e bandeirantes, à posteriori – nessa localização estratégica (CELLI, 2012, p. 42).

A descoberta da existência da Prata em Potosí impulsionou a Coroa Portuguesa e os colonos pela busca de metais preciosos no território brasileiro. Neste sentido, o Peabiru serviu como rota para os bandeirantes, que além de visarem o apresamento de indígenas e a busca por metais preciosos, passaram a receber lotes de terra da Coroa. As chamadas “sesmarias” tinham como função o povoamento do interior brasileiro, além do interesse financeiro que existia por detrás das bandeiras (ZEQUINI, 2006, p. 83, 85, 87, 89). No final do século XVI, Afonso Sardinha, “O Velho”, recebeu uma sesmaria próxima ao Morro Araçoiaba, e lá, juntamente com seu filho homônimo (conhecido como “O Moço”) e Clemente Álvares, encontraram minério de ferro. Em 1599 foi então plantado o pelourinho no local, garantindo a fundação do povoado de Nossa Senhora de Monte Serrat. Possivelmente o fato da magnetita que lá foi encontrada conter traços de prata fez com que o governador autorizasse a instalação do pelourinho (ZEQUINI, 2006, p. 123). A nova povoação, no entanto, mal durou uma década, e em 1611 foi transferida para a beira do atual Rio Sorocaba, com o nome de Itavuvu, a qual também não prosperou.

Autores do final do século XX alegam que as expansões para o oeste não ocorreram apenas por conta de um alargamento agrícola comercial. Para além dos sesmeiros, o povoamento da região também se deu graças às famílias de locais

como a região de Santana do Parnaíba. Para Alida Metcalf, a história das famílias, tanto das mais abastadas como dos camponeses, colaborou com o povoamento do oeste paulista. Em uma análise de registros da época, a autora identificou que havia um sistema muito próprio das famílias paulistas para garantirem não apenas que o prestígio social e econômico passasse para outras gerações, mas que também fosse expandido para outros rincões. Ela alega que as filhas das famílias ricas da região de Santana do Parnaíba normalmente se casavam e ficavam pelo local, herdando o status e a fazenda dos pais, enquanto os filhos eram incentivados a desbravarem o sertão. Não se tratava, portanto, de uma elite no estilo feudal, mas sim fluida, que buscava novas oportunidades desbravando territórios. Esse fenômeno acontecia para que a herança - e o status, por consequência - da família não se dividisse tanto a ponto de que a elite se desintegrasse. Acabou gerando, de fato, uma espécie de classe média dentre aqueles que porventura não tomassem o lugar dos pais ou não obtivessem sucesso em suas buscas. O mesmo ocorreu com as famílias de camponeses, mas por motivações diferentes. No final do século XVIII e começo do XIX houve uma corrida em busca de terras em Santana do Parnaíba. Muitos tiveram suas pequenas terras compradas ou invadidas, o que incentivou os homens dessas famílias, também, a buscarem por novas oportunidades. Outro fator de destaque é que assim os camponeses não teriam de dividir suas pequenas posses entre os filhos, encorajando os herdeiros a desbravarem os sertões (METCALF, 1990, p. 301).

No que diz respeito às elites, muitos eram incentivados pela busca de metais preciosos, outros para cuidarem dos trabalhos escravos em minas e outros ainda foram enviados ao sul, para a criação de gado (destaque para muares). Muitos também foram atraídos pelo comércio que crescia em certas regiões, fator que também influenciou a ida dos camponeses – assim como a busca pelo ouro e prata. Essa migração gerou diversos novos empregos no sertão, nas novas vilas e cidades, como jornaleiros, tropeiros e artesãos (METCALF, 1990, p. 289-301). Com isso, núcleos, vilas e, posteriormente, cidades começaram a se formar. De acordo com a obra *Genealogia Paulistana* (1903, 1904, 1905), de Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919) – somada à análise de documentos, como inventários, testamentos e certidões – as principais cidades do sertão paulista no século XVII tiveram sua formação inicial graças aos descendentes de Suzana Dias, aquela que teria sido a fundadora de Santana do Parnaíba. Sorocaba e Itu foram fundadas respectivamente por seus filhos, Balthazar Fernandes (supracitado) e Domingos Fernandes. O

primeiro documento oficial que consta o nome “Sorocaba” trata-se de um inventário de 1654, pertencente à Isabel de Proença, segunda esposa de Balthazar Fernandes, onde está registrada a “Fazenda Sorocaba” (MANFREDINI; GUANDIQUE; ROSA, 2015, p. 41). Na ocasião, o Capitão teria ganho as terras em forma de sesmarias.

Devido ao fato do local ser passagem sobretudo de bandeirantes, no entorno logo se formou o povoado de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Em 1660 Balthazar Fernandes garantiu a fundação do mesmo com a construção de uma capela, a qual doou aos monges beneditinos no ano seguinte, sob promessa de que os mesmos garantiriam a educação local. O povoado de Nossa Senhora da Ponte logo se tornou ponto de paradas e comércio de bandeirantes, adquirindo uma estrutura urbana, administrativa, ideológica e política que garantiu a formação da atual cidade de Sorocaba (CELLI, 2012, p. 49-53). Nesse contexto, a casa da família de Quinzinho de Barros foi construída na década de 1780, pelos escravos de João de Almeida Pedroso, “o ruivo”. Natural de São Paulo, casou-se em Araçariguama – atual cidade pertencente à Região Metropolitana de Sorocaba, que à época era termo de Parnahyba – com D. Gertrudes Ribeiro, cujo pai era natural justamente de Parnahyba (LEME, 1870, p. 34; CAMPOS JR, 1938, p. 143). João de Almeida Pedroso recebeu as terras em forma de sesmaria em 1771², o que corrobora com a questão supracitada acerca da exploração do oeste paulista. O casarão está localizado atualmente em zona central da cidade, há aproximadamente 1,81 km em linha reta da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Ponte e 1,53 km em linha reta da ponte da rua XV de Novembro. Feito de taipa, é um dos poucos remanescentes construtivos da arquitetura considerada tipicamente paulista. Por lá passaram diversos nomes famosos, mas sua História e concepção como Museu serão mais bem explorados nos itens subsequentes.

O fato de Sorocaba estar localizada exatamente no eixo das principais rotas que ligavam o norte ao sul garantiu a prosperidade local. Já no início do século XVIII, com a queda da escravidão indígena, o povoado passou pela sua segunda fase econômica: o tropeirismo. Com a alta da busca por metais preciosos, os colonos precisavam de meios de transporte que fossem mais ágeis. Por estar inserida em uma localização central, Sorocaba passou então a sediar a Feira de Muares a partir da década de 1730, que promovera uma evolução tanto da economia quanto da sociedade paulista (HOLANDA, 1994, p. 133). O ciclo luar, portanto, levou ao contato entre as mais diversas regiões do país. Para Caio Prado Junior, se não fosse por esse ciclo talvez o Brasil não tivesse se desenvolvido como

unidade nacional, no sentido de que possivelmente os núcleos de povoamento teriam se mantido isolados, e não haveria outro tipo de evento que promovesse a ligação do que hoje conhecemos como norte e sul do país (PRADO JR, 2012, p. 30).

A presença das tropas também promoveu uma mudança na malha urbana de Sorocaba. Em época de feiras, a população flutuante local aumentava, promovendo os mais diversos comércios e atraindo novos moradores (CELLI, 2012, p. 54-55). Outra alteração no que diz respeito ao desenho geográfico da região é que o *Registro de Muares* – espécie de pedágio – foi colocado do centro urbano da cidade, se fixando próximo à ponte da atual rua XV de Novembro (que fora construída entre 1841 e 1855). As tropas passaram a desviar das proximidades da matriz, o que fez com que o município se desenvolvesse para outros lados, diferentemente de outras cidades. (CELLI, 2012, p. 59-66; MATTOS, 2017, p. 40).

Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, diversas modernizações foram promovidas no país, dentre elas o desenvolvimento da siderurgia. Temos então o retorno ao Morro Araçoiaba, com a vinda do alemão Friederich Ludwig Wilhelm Varnhagen (1782-1842), que em 1810 constituiu o Estabelecimento Montanístico de Extração de Ferro das Minas de Sorocaba – posteriormente, Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema. Varnhagen inaugurou sua indústria fundindo nos altos fornos três cruzeiros de ferro – sendo que um deles encontra-se hoje nos jardins do Museu Histórico Sorocabano. A fábrica ficava às margens do Rio Ipanema, e, apesar de ter encerrado suas atividades já em 1895, foi o pontapé inicial para a terceira fase econômica de Sorocaba: a industrialização (ZEQUINI, 2006, p. 22). Atualmente as ruínas da fábrica fazem parte da Floresta Nacional Ipanema – FLONA.

Em 1842, com a Revolução Liberal, Sorocaba foi finalmente elevada à categoria de cidade. Dez anos depois houve as primeiras tentativas fabris de algodão. A cultura algodoeira se desenvolveu bem na região, inclusive com investimentos de interesses privados. Não demorou muito até que a malha ferroviária se estendesse à região, dando origem à Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875. A utilização de trens, por sua vez, gerou o declínio no ciclo de tropas muares, que passaram a ter serventia apenas como meio de transporte regional. O algodão teve sua produção aumentada cada vez mais, sobretudo por conta da Guerra de Secessão (1861-1865), pois o Estados Unidos deixou de enviar a matéria prima têxtil para a Inglaterra, beneficiando a produção sorocabana. A industrialização local foi tão grande que Sorocaba recebeu a alcunha de “Manchester Paulista”, em

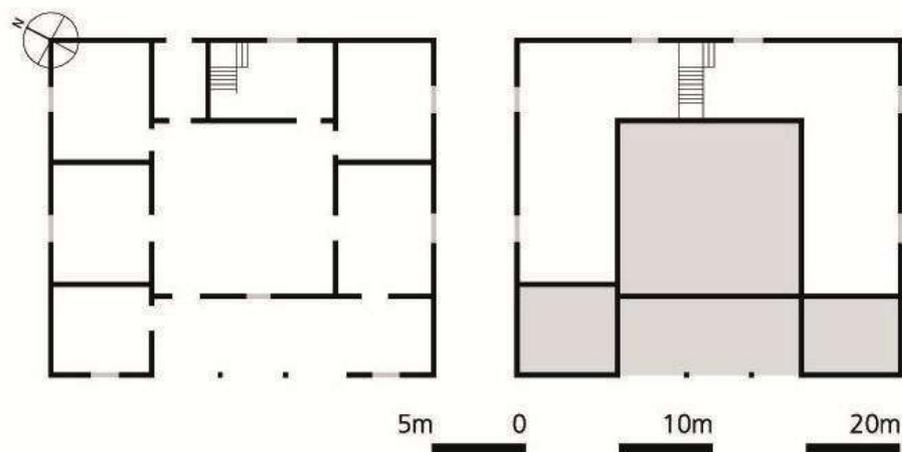
alusão à cidade inglesa. E justamente essa industrialização do interior paulista foi uma das maiores motivações para a vinda de imigrantes – e, portanto, de mão de obra qualificada – o que levou a uma nova ampliação da malha urbana da cidade de Sorocaba. Em meados do século XX, com o aumento da industrialização e investimentos norte-americanos, as fábricas passaram a demandar um novo meio de transporte: o rodoviário. De modo que Sorocaba seguiu se modernizando, consagrando-se como uma das maiores cidades do estado de São Paulo. Mas porque uma casa de taipa sobreviveu em meio a selva de pedras? Qual sua importância como espaço constituído de preservação da memória e da história?

Apenas “Velhas esfinges caipiras sem memória?” A casa bandeirista como símbolo da memória paulista

Tendo a História local sido explanada, é preciso agora fazer apontamentos sobre a questão da arquitetura do prédio em questão. A frase entre parênteses no título acima se refere a um trecho de um texto de Carlos Lemos (1993. Apud. MAYUMI, 2005, p. 30), onde o arquiteto nega a tese de que o “valor de antiguidade” das Casas Bandeiristas seria a sua atribuição principal. Para ele as casas resistiram às modernizações iminentes, mas “sem carregar junto a lembrança de fatos expressivos”. De fato, conforme analisou Luís Saia em sua obra *Morada Paulista*, diferentemente das construções de regiões como Minas Gerais, Rio de Janeiro ou Pernambuco, os paulistanos realizaram suas obras com pouca (ou nenhuma) pompa. O fato de estarem relegados a regiões a princípio não desbravadas do oeste paulista fez com que qualquer luxo fosse desnecessário, pois aqueles novos colonizadores precisaram se adaptar para ali sobreviverem, o que gerou uma série de técnicas novas para as construções locais. Mas a característica principal das casas bandeiristas, apontadas por Saia, é que todas teriam certas constantes presentes em suas concepções, a saber: localização à meia altura da paisagem e assentada sobre plataforma plana; paredes de taipa com pintura branca - cal ou tabatinga; telhado de quatro ou duas águas; cobertura com telha canal; beirais protetores largos. Quanto à planta, a mesma deveria ser retangular e normalmente simétrica, organizada em três faixas (social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal), contendo faixa fronteira (alpendre central), ladeada por uma capela e quarto de hóspedes; a parte central da casa era predominada pela

sala, que poderia ser terminada por alpendre ou pequenos cômodos para uso secundário; enquanto atrás, lateralmente, se localizavam os quartos de dormir (SAIA, 1995, p. 67, 69, 71, 73, 130, 131, 135). Para Saia, haviam dois grupos de casas bandeiristas: as casas do modelo chamado “Puro”, seiscentistas, com todas as constantes, e as “Tardias”, cuja característica era a presença de novos elementos e/ou a ausência de algum dos atributos – mas devendo sempre conter a faixa fronteira para ser classificada como casa bandeirista. No mais, eram as casas dos detentores do poderio paulistano; para Gilberto Freyre, eram as famosas “Casas Grandes”, que depois foram apelidadas também de “Casas Velhas” (MAYUMI, 2005, p. 27-29).

Um exemplar “ortodoxo” de uma casa bandeirista é a casa do sítio do Padre Inácio, cuja planta baixa podemos conferir a seguir:



Fonte: MAYUMI, 2005, p. 32. Desenho da autora.

FIGURA 1

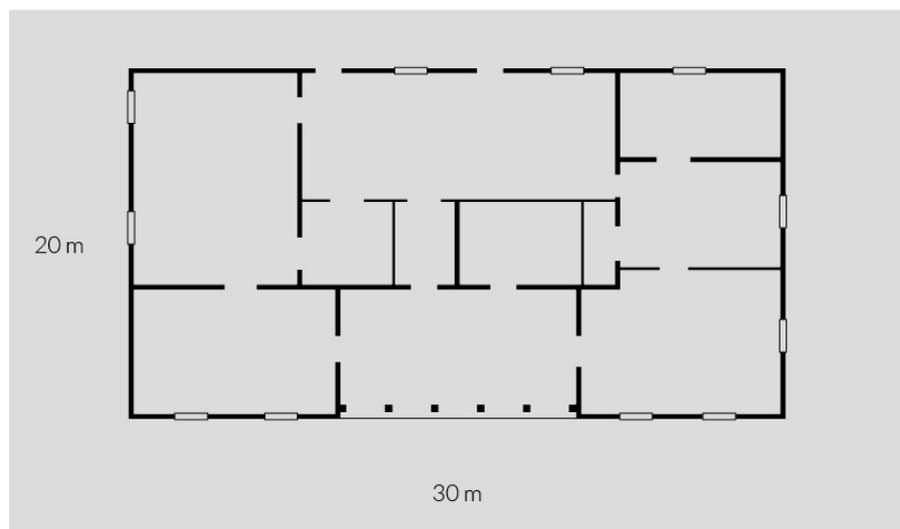
Planta baixa do térreo e do sobrado da Casa do padre Inácio

Para Saia (1995, p. 32-41), as casas bandeiristas teriam sua origem no modelo paladiano de construção: eruditas, sim, mas rudimentares. O uso de materiais distintos dos utilizados nas vilas de Palladio denotam a miscigenação e a adaptação – a qual ele credita como “involução”, inclusive - por parte dos dirigentes paulistas na construção de suas moradas. Carlos Lemos, por sua vez, aventou a possibilidade dessa origem ser ibérica, mais especificamente das casas rurais portuguesas, tese essa também defendida por outros especialistas, não apenas brasileiros, como portugueses (SOUTEIRO, 2016). Sendo uma influência direta ou indireta, o fato é

que os habitantes paulistas foram responsáveis por criarem um estilo construtivo muito próprio, cuja cultura material remanescente denuncia as técnicas utilizadas, a mistura cultural e a condição social de seu dono. Seus muros de taipa representariam a paulistanidade, tão em voga na década de 1950, que era construída materialmente em conjunto com os hábitos e costumes dos mamelucos. E é nesse sentido identitário que surgiram os Museus Históricos Pedagógicos - como o Museu “Quinzinho de Barros” - tema a ser melhor explorado na sessão subsequente.

O Casarão do Quinzinho de Barros e a sua importância arquitetônica e histórica como espaço de memória

Nesta seção serão descritos os resultados do trabalho. Como foi dito, a sede do atual Museu Histórico Sorocabano, foi construída em 1780. Sua construção, portanto, é considerada tardia, mas ela manteve os principais traços de uma casa bandeirista, listados por Saia: planta assentada à meia altura da paisagem e dividida em três faixas, construção de taipa (paredes externas: taipa de pilão; internas: taipa de mão), alpendre ladeado por dois cômodos e telhado de quatro águas.



Fonte: <http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-do-quinzinho>.

FIGURA 2

Planta baixa do Casarão “Quinzinho de Barros”

Pode-se ver um grande alpendre ladeado por dois cômodos; o corredor que chega à varanda e à antiga sala de estar e jantar; o grande quarto da esquerda que se comunica com outro grande quarto, uma varanda e um pequeno quarto que servia de banheiro. Em torno do alpendre: quarto da direita – que servia como oratório e ligava-se ao quarto do dono da casa que, por sua vez, tinha acesso ao quarto das moças (janelas com gradeado de madeira), e dava acesso à varanda. No quarto do dono da casa há uma passagem secreta em um armário com fundo falso, que servia para armazenar joias, mercadorias, dinheiro, pólvora e sal (que era caro na época). Sobre a questão da ocupação em si da casa, de uma maneira geral, não havia muita diferenciação: o alpendre e os cômodos da frente eram o contato com o mundo exterior, e a parte interna era utilizada em unicidade, de uma forma geral, pelos habitantes da casa. Inclusive o ato de cozinhar muitas vezes era realizado no interior da residência, sobretudo no inverno. Tal hábito indica mais uma herança indígena. Neste ponto, a casa da família de Quinzinho de Barros traz seu principal item modernizante da tradição bandeirista: uma cozinha anexa.

O aspecto bandeirista da casa de Quinzinho de Barros é de suma importância para sua posterior concepção como museu. Como foi dito, a construção remete ao final do século XVIII, e mostrava o poderio de seus donos. O casarão foi listado por Saia (SAIA, 1995), juntamente com outras 11 casas, como uma das construções remanescentes do importante período histórico paulista. O seu uso com o passar dos anos conta partes importantes da história de Sorocaba, e a sua materialidade preservada possibilitou que o casarão se tornasse não apenas um baú de histórias, mas sim peça do próprio acervo. Hoje em dia o museu faz parte do Parque Zoológico “Quinzinho de Barros”, o que também deve ser levado em consideração ao pensarmos em espaço museológico, aja vista que se trata, portanto, de um complexo.

O Museu Histórico Sorocabano surgiu juntamente com uma gama de museus brasileiros, em meados do século XX (CRUZ, 2017, p. 2, 5; MARANDINO, IANELLI, 2012, p. 19). Até metade do século XIX os museus tinham como tendência de suas exposições o caráter enciclopédico, herdado dos predecessores gabinetes de curiosidades (CRUZ, 2017, p. 2). Isso trouxe uma separação entre os museus de ciências, históricos e de arte, o que levou a diversas outras ramificações. Após a proclamação da república, em 1889, passou a haver um aumento do incentivo ao patriotismo e, portanto, busca por símbolos e heróis nacionais (GOMES; LOPES, 2017, p. 54, 55). Com a passagem da Semana da Arte Moderna, em 1922, essa

necessidade de simbolismos se estendeu para os patrimônios e já em 1937, a partir do Movimento Modernista, houve a estruturação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – como primeiro órgão voltado para a sistematização e preservação do patrimônio brasileiro. A ideia da instituição era buscar, por meio de políticas de patrimônio, espaços públicos – e, com o tempo, manifestações culturais – que auxiliassem na formação de uma identidade tupiniquim, fazendo oposição às tradições europeias enraizadas³ (CRUZ, 2017, p. 2). Em um sentido mais amplo, buscava-se a construção do civismo por meio da história. Os objetos carregam memórias do passado, e por serem palpáveis e cotidianos, trazem uma conexão maior com a população do que as palavras ditas pelos eruditos. Os Estados Nacionais, de uma maneira geral, se apropriaram de suas culturas materiais, portanto, como instrumentos de construção e desconstrução de memórias. No Brasil tivemos essa marca como uma característica do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Assim, os museus, historicamente falando, seguiram interesses políticos e sociais, fossem eles nacionais ou locais. Seguindo o mesmo sentido identitário, na década de 1950 foi criada em São Paulo a Rede de Museus Históricos Pedagógicos (CRUZ, 2017, p. 1; GOMES, LOPES, 2017, p. 54, 55; MISAN, 2008, p. 176). Esta, por sua vez, tinha em seu cerne a busca pela “paulistanidade”, mostrando as origens comuns dentre os habitantes do estado de São Paulo. Almejava-se uma identidade paulista que fosse colocada acima da local e até mesmo da nacional, que demonstrasse sua representatividade no imaginário republicano (GOMES; LOPES, 2017, p. 56, 57; MISAN, 2008, p. 177, 178, 181, 182). Tais museus, como sugere o próprio nome, tinham uma função pedagógica, recorrendo ao já então abandonado enciclopedismo, priorizando uma formação histórica positivista.

Na década de 1960, com as revoluções sociais que aconteciam, os museus passaram por uma nova mudança, desta vez mais democrática (MARANDINO; IANELLI, 2012, p. 20). Seguindo o mote da revisão da disciplina Histórica, ocorreram reflexões acerca da memória coletiva nos mais diversos campos acadêmicos. Um passado não visto mais como um cristal, mas subjetivo, e que trouxesse a memória enraizada das diversas camadas sociais, era agora absorvido também pelos museus históricos. Deveriam não mais existir apenas como detentores do conhecimento tridimensional do passado, mas sim como órgãos a serviço da sociedade. O diálogo seria realizado em conjunto com a população, deixando para trás a exclusividade das elites e dos catedráticos, respondendo às

necessidades daquela e gerando conhecimento por meio de atividades que atendessem a todos os públicos. Há, portanto, uma negação à mera fetichização do objeto, e o museu passa a extrapolar suas próprias paredes, levando conhecimento - através de sua chamada “educação informal” - para todos que tiverem interesse.

Dentro deste rol de inovações, buscou-se por uma diversificação da memória, o que trouxe um apelo para que se tivesse maior representatividade dos diversos grupos sociais. O museu não é mais um espaço neutro e apolítico, onde a memória coletiva era selecionada de acordo com as elites. Há, sim, uma seleção prévia que perpassa por estudos museológicos, históricos, sociais, culturais e até mesmo expográficos. Mas estes estudos agora buscam realizar um diálogo maior com a comunidade, que antes sequer existia museologicamente falando. A diversidade cultural passou a ser mais valorizada, trazendo múltiplos atores sociais para dentro dos museus, criando práticas e processos socioculturais que servissem à comunidade e democratizassem o conhecimento. Essa nova perspectiva museológica gerou também um espaço maior para as políticas de museus, trazendo melhorias em vários campos, como educacional e inclusivo (MARANDINO; IANELLI, 2012, p. 20, 21). O museu histórico passou a ser um conjunto que une cultura material, comunicação, ação patrimonial e comunidade.

Voltando à concepção do Museu Histórico Sorocabano, sua criação se deu juntamente com a leva dos museus históricos paulistas de 1950 - supracitado. As autoridades sorocabanas iniciaram as discussões e coleta do acervo em 1944, para que sua inauguração fosse em 1954, no tricentenário da cidade. Assim como os outros, o Museu Sorocabano trazia em sua criação uma ideia de progresso e suas peças refletiam a história local e regional. Seu sítio inicial foi o Gabinete de Leitura, mas com a demolição do prédio o acervo foi transferido para um sobrado, onde se encontrava também o acervo do Museu Histórico Pedagógico Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Em 1964 o seu acervo foi encaixotado, até 1968, com a inauguração da atual sede: o casarão de Quinzinho de Barros, que foi doado pelos descendentes do homenageado. O saguão de entrada do casarão e suas salas laterais são reservadas às exposições periódicas, ao passo que a sala e os dormitórios estão destinados à exposição permanente. A exposição permanente em vigor no ano de 2018 evocava a história de Sorocaba, seguindo uma linha cronológica, dividida por eixos temáticos, como indígenas, tropeirismo, Real Fábrica de Ferro, história dos moradores, dentre outros. Apesar de seu aspecto temporal, o

museu se propôs a ser um local de cultura, pesquisa e ciência, que tentasse ultrapassar o mero fetichismo do objeto (CRUZ, 2017, p. 6-7).

No entanto, o acervo principal é composto por objetos arqueológicos de peças indígenas locais, pinturas de artistas regionais (como Ettore Marangoni), objetos de uso comum da época do casarão, sendo que há uma dignificação ao fundador Balthazar Fernandes e ao passado bandeirantista e tropeirista. De modo que não há criticidade ao passado sanguinário paulista, tratando os exploradores destas terras como heróis, e não como traficantes de indígenas (CRUZ, 2017, p. 11). A falta da problematização nesse sentido reflete um entrave museológico dentro dessa instituição. Por mais que o projeto expográfico seja até bem pensado estruturalmente falando, há um passado tradicional e conservador muito bem cimentado. A mera exposição de objetos indígenas, ao lado de objetos bandeirantes, não suscita debates sobre o passado paulista, evocando um modelo de museu que há muito já foi abandonado. De tal modo que a exposição permanente do Museu Histórico Sorocabano ainda não extrapola a ideia elitista paulistana do início do século XX.

Já as exposições periódicas se propõem a manter um debate mais social. A exposição temporária presente em outubro de 2018, “Migrações à mesa”, criada pelo Museu da Imigração, contou com diversos utensílios culinários de famílias e associações locais de descendentes de imigrantes (como a Casa de Espanha – Don Felipe II, de Sorocaba). Neste caso, apesar da curadoria original não pertencer ao Museu Histórico Sorocabano⁴, houve um diálogo mais amplo que a simples exposição – e imposição – de peças. A utilização de um trabalho de coleta de dados do Estado de São Paulo, somada à busca por identidades locais, trouxe uma relação maior entre museu e comunidade. Seguindo esse exemplo, vê-se que o museu não deve ser um simples local de sacralização da memória, devendo ter sua identidade permanentemente construída e ressignificada, sempre dialogando em conjunto com a sociedade. O resultado disso é a produção de uma capacidade crítica maior, e que atenda melhor às demandas sociais de conhecimento histórico e preservação patrimonial.

Além das peças, é necessário pensar que a expografia de um museu começa pela escolha de seu espaço físico. No caso do Museu Histórico Sorocabano, ele faz parte de um terreno que pertencia aos descendentes de Joaquim Eugênio Monteiro de Barros - o Quinzinho de Barros -, último morador do Casarão. Atualmente o terreno pertence ao Zoológico “Quinzinho de Barros”. O parque é composto por

animais de diversas espécies, inclusive da fauna africana e asiática, e recebe visitas diárias, espontâneas e escolares. Alguns animais vivem soltos, o que aumenta a interatividade entre pessoa e natureza. No tocante do que diz respeito ao Museu, este faz parte da arquitetura do primeiro, o que traz uma menor autonomia do mesmo – afinal, só é possível visitar o Museu se entrar no Zoológico. Em contrapartida, talvez o Museu receba uma maior visitação por conta de estar inserido no complexo. É importante pensar, a respeito disso, sobre a possibilidade da criação de espaços e atividades interdisciplinares. O contato entre o Museu de História e as Ciências Naturais pode suscitar em trabalhos de ações educativas que visem debates extremamente contemporâneos e importantes para a nossa sociedade atual.

Para além da questão do espaço externo – que também conta com gigantescas peças expostas em seu jardim - há igualmente o próprio Casarão, que emana história por si só. Nele moraram personalidades como o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e sua esposa, a Marquesa de Santos. Como foi dito também, a construção é um dos exemplos remanescentes de Casa Bandeirista listados por Luís Saia. Esses fatos tornam o Museu um personagem histórico de sua própria narrativa e, portanto, de sua exposição. Há, neste caso, a possibilidade de o visitante ver parte do acervo em seu “habitat natural”. Ou seja, ele pode refletir sobre as mais variadas características sociais da época, como cultura, tempo, espaço, meio social, técnicas e materiais construtivos, classes sociais, dentre outros (CRUZ, 2017, p. 7, 8). Obviamente que no exemplo do Museu Histórico Sorocabano há em sua construção - e preservação, e utilização do prédio como museu - uma valorização do mito bandeirante e da elite. Uma das construções simbólicas mais fortes do século XX, que visava unir os habitantes locais em torno de uma identidade paulista, e que tinha na casa de taipa a sua principal materialidade. O mito bandeirista diz respeito muito mais aos feitos do que à cultura material produzida por eles propriamente dita. E a criação dos museus históricos – sobretudo aqueles instalados em antigos casarões, como o Museu Histórico Sorocabano e a Casa do Bandeirante – veio para materializar esse mito (SANTOS, 2016, p. 16, 62). O Casarão de Quinzinho de Barros é, portanto, uma marca importante do passado sorocabano, paulista e da elite nacional, e deve ser utilizado como parte do acervo do museu em exposições que suscitem problematizações históricas referentes ao tema na cabeça dos visitantes.

Em uma concepção museológica contemporânea, portanto, o fato de se levar em consideração a arquitetura do edifício onde o museu está localizado é de suma importância, afinal:

o Museu não deve ser entendido a partir apenas de seu valor acumulativo e preservacionista de bens móveis, mas também enxergá-lo a partir de sua arquitetura, arquitetura essa que deve ser trabalhada como documento histórico, ou seja, fruto de experiências diversas dentro de um tempo e espaço urbano específico. Nesse quesito a arquitetura pode ser considerada como um acervo imóvel que algumas vezes abriga outros acervos móveis. É visualizado mesmo quando não se decide entrar no museu, nesse sentido a arquitetura é trabalhada enquanto objeto museológico e pode servir para comunicar uma época, seus símbolos, as relações sociais que possibilitaram sua edificação e suas técnicas construtivas, fazendo ressurgir a história e, com ela, elementos que podem ativar os laços de pertencimento de uma comunidade com o seu patrimônio construído (JESUS; SILVA, 2017, p. 20).

É preciso, desta forma, destacar a utilização da arquitetura para se fazer uma reflexão acerca de determinado momento histórico. Os motivos da preservação e ressignificação de tais casarões como museus parece óbvio: as casas bandeiristas destacam um período, um espaço geográfico e uma identidade caipira paulista, forjada a partir da miscigenação de povos e culturas, e rememorada posteriormente pela elite modernista como mito heroico. Ora, apenas manter as tais casas de taipa, sem uma função social, poderia fadá-las à destruição – como aconteceu e acontece com muitos edifícios antigos. Claro que há sempre a escolha por detrás de uma preservação – e a “paulistanidade” justifica o caso exemplificado – porém dar a essas construções o papel de museu não só garante a sua sobrevivência, como traz também novas possibilidades de apropriações e debates de memórias.

Considerações finais

De maneira geral, os museus sempre foram pensados dentro de ambientes já pré-concebidos, sejam eles prédios históricos ressignificados, ou construídos a partir de projetos arquitetônicos desenvolvidos para tal função específica (como o MASP, por exemplo). Uma construção como o Casarão de Quinzinho de Barros parece inicialmente deslocada no contexto em que se encontra: bem no centro de uma das maiores cidades do estado e dentro de um Parque Zoológico. Mas é preciso

lembrar que construções são evidências concretas materiais e verdadeiros testemunhos históricos de determinada sociedade, salientando técnicas, usos, estruturas, que trazem respostas a diversos questionamentos. E que o imaginário – sobretudo infantil – ganha forças por meio de objetos tridimensionais, o que facilita a absorção histórica por parte dos visitantes. De modo que a utilização da arquitetura como parte da exposição e como instrumento de trabalho pedagógico é essencial no contexto de museus, de uma maneira geral. Para isso, faz-se necessário também um trabalho que abarque a contextualização das técnicas construtivas e sua compreensão. Dessa maneira, no caso de museus como o Museu Histórico Sorocabano, os visitantes poderão compreender questões culturais e sociais na forma que se deu a ocupação urbana paulista, tornando o museu por completo um lugar de memórias e ressignificações.

Assim, no caso exemplificado do Museu Histórico Sorocabano, pode-se ver uma história que está para além do mero enciclopedismo e do caráter cronológico – que, apesar de tudo, ainda persistem em algumas de suas exposições, pelo menos final de 2018. Sua documentação histórica salta aos olhos daqueles que simplesmente têm a intenção de visitar o Parque Zoológico “Quinzinho de Barros”. Demonstrando, portanto, que museus como o Museu Histórico Sorocabano não são meros baús cheios de velharias ou grandes “mamutes” brancos de cal, tentando sobreviver dentro da selva de pedras contemporânea. Mas sim uma entidade viva, que respira por meio de qualquer interação social que seja feita para com ele. E isso não diz respeito apenas às exposições de peças, mas também sobre sua edificação, que versa muito acerca da história da sociedade paulista do século XIX e, portanto, do país.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

NOTAS

1. Muitos atribuem a formação do caminho a seres fantásticos, no entanto parece preconceituoso desacreditar na capacidade geográfica e comercial dos ameríndios, como se apenas os europeus tivessem a capacidade de se desenvolver a nível territorial em larga escala.

2. FOTOGRAFIA do Casarão Quinzinho de Barros: Sorocaba, SP. *Catálogo da Biblioteca do IBGE*, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446466>. Acesso em: 23 maio 2020.
3. DIRETRIZES do Estado Novo (1937-1945). Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *CPDOC*, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em: 20 maio 2020.
4. A exposição “Migrações à mesa” pertence originalmente ao Museu da Imigração do Estado de São Paulo, e permaneceu no mesmo até setembro de 2017. Para a composição da mesma, o Museu da Imigração solicitou, a partir de um processo colaborativo, que os descendentes de imigrantes enviassem informações e imagens dos cadernos de receitas de seus antepassados. As famílias que tiveram seus cadernos selecionados foram convidadas a darem depoimentos, ampliando a perspectiva da exposição. Fonte: MIGRAÇÕES à mesa. *Museu da Imigração*, 2018. Disponíveis em: <http://museudaimigracao.org.br/migracoes-a-mesa/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico, 1969.
- BRUNO, M. C. O. (coord.); ARAUJO, M. M.; COUTINHO, M. I. L. (col.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca; ICOM, 2010. v. 1-2.
- CAMPOS JR., T. de Sousa. *In memoriam - Major João de Sousa Campos*. *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, São Paulo, ano 2, n. 3-4, p. 139-145, 1938.
- CELLI, Andressa. *Evolução urbana de Sorocaba*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.
- CRUZ, Fábio Lucas. Reflexões sobre o processo de construção do passado no Museu Histórico Sorocabano. In: XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2017, Brasília. *Anais eletrônicos do XIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: ANPUH, 2017. v. 1. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488566862_ARQUIVO_SIMPÓSIO_TOTOFINALdoc.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.
- DIRETRIZES do Estado Novo (1937-1945). Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *CPDOC*, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- FOTOGRAFIA do Casarão Quinzinho de Barros: Sorocaba, SP. *Catálogo da Biblioteca do IBGE*, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446466>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- GOMES, Larissa Rizzatti; LOPES, Rodrigo Touse. Políticas públicas e museus no Estado de São Paulo: dos museus histórico-pedagógicos ao Sistema Estadual de Museus. *Educação*, Batatais, v. 7, n. 5, p. 49-63, dez. 2017. Disponível em: <https://claretiano.edu.br/revista/147/dossie-pensando-as-politicas-publicas-educacionais-no-brasil>. Acesso em: 23 nov. 2018.

HISTÓRIA de Sorocaba. *Memorial Sorocaba*, 2018. Disponível em: <http://www.memorialsorocaba.com.br/historia-de-sorocaba/>. Acesso em: 9 out. 2018.

HISTÓRIA de Sorocaba. *Sorocaba.org*, Disponível em: http://www.sorocaba.org/historia_de_sorocaba.php/. Acesso em: 9 out. 2018.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Do peão ao tropeiro: caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JESUS, Gustavo Nóbrega de; SILVA, Ana Carolina Vigorito. *Plano museológico*. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2017.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobliarchia paulistana: genealogia das principaes familias de s. paulo colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXXIII, 1870.

MANFREDINI, Fábio Navarro; GUANDIQUE, Manuel Enrique Gamero; ROSA, André Henrique. *A história ambiental de Sorocaba*. Sorocaba: UNESP, 2015.

MAGALHÃES, Solange Maria Fustinoni. *Educação patrimonial através da compreensão da Arquitetura de museus na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu.

MARANDINO, Martha, IANELLI, Isabela Tacito. Modelos de Educação em Ciências em Museus: análise da visita orientada. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 17-33, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epec/v14n1/1983-2117-epec-14-01-00017.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MATTOS, Thiago Pedrosa. *Modernização urbana em Sorocaba (1914-1921)*. Campinas, 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas.

MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

METCALF, Alida C. A Família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750 – 1850. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 28-304, 1990.

MIGRAÇÕES à mesa. *Museu da Imigração*, 2018. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/migracoes-a-mesa/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 175-204, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v16n2/a06v16n2.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

QUINZINHO. *Casas Bandeiristas*, 2018. Disponível em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-do-quinzinho/>. Acesso em: 26 out. 2018.

SAIA, Luís. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SANTOS, Andréa Maria Zabriesznach Afonso dos. *A Casa do Bandeirante como espaço museológico (1954-1964)*. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo.

SOMBRA JR., Fausto Barreira. “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” e a capela do Sítio Santo Antônio. Imprecisões. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, São Paulo, n. 18-19, p. 61-75, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/117001>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SOROCABA. IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/>. Acesso em: 9 out. 2018.

SOUTEIRO, Filipa Maria Sumares. *A casa rural paulista dos séculos xvii e xviii e a cultura arquitectónica europeia*. Lisboa, 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de Lisboa.

TEIXEIRA, Sidélia S. (org.). *Patrimônio e museus na contemporaneidade*. Salvador: EDUFBA, 2016.

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: Morro de Araçoiaba - séculos XVI-XVIII*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo.

Tami Coelho Ocar é Diretora de Gestão do Museu Municipal Casarão Pau Preto – Indaiatuba – SP. Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre, Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Como citar:

OCAR, Tami Coelho. O Casarão “Quinzinho de Barros” e o espaço museológico como principal artefato de seu acervo. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 413-432, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.